

Data-base: questão de honra para os servidores federais

A reconquista da data-base foi o centro das discussões do 14º Congresso do Sindsep-DF, realizado dias 18 e 19.06, no hotel Mercure, em Brasília. O funcionalismo público federal é a única categoria que não possui data-base. Por isso, para o governo discutir as reivindicações dos servidores, a categoria precisa entrar em greve. O que explica em parte as distorções salariais, já que o nível de mobilização nos setores é diferenciado e o governo atende de acordo com a pressão. Assim, as diferenças salariais no Executivo que surgiram no governo FHC e se aprofundaram no governo Lula.

Com o objetivo de mudar essa situação, os congressistas deliberaram por intensificar a luta pela data-base em 1º de maio de cada ano. "A instituição da data-base em primeiro de maio teria um importante significado político por estabelecer a ligação dos servidores públicos federais com os demais trabalhadores e também porque é um período do ano com melhores condições de mobilização", destaca a Resolução aprovada no Plano de Lutas.

Os dois dias de Congresso foram marcados pela intensa participação dos 145 congressistas, entre 86 delegados, 46 observadores e 13 convidados. Os participantes foram eleitos em 44



18.06: mesa que iniciou os trabalhos do Congresso: Pedro Armengol, da direção nacional da CUT e da Condsef; João Gomes, da direção nacional da CUT; Thereza Alencar, diretora de Relações Intersindiciais e Parlamentares do sindicato; Oton Pereira Neves, secretário-geral do Sindsep-DF; André Luiz da Conceição, secretário de Juventude da CUT-DF e Joaquina Queiroz, diretora de Estudos Sócio-Econômicos e Empresas Públicas do Sindsep-DF



19.06: plenária de encerramento do Congresso, no final da tarde, em uma das votações

assembleias nos locais de trabalho. No primeiro dia, as discussões se encerraram por volta das 19h30. No segundo, se estenderam até as 19h. Em ambos, o comprometimento dos congressistas foi comprovado pela participação de todos até o encerramento das discussões. Na avalia-

ção do secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, a participação expressiva no 14º Congresso demonstra o interesse e o comprometimento dos congressistas com as lutas atuais e futuras do Executivo Federal. "É uma prova também da unidade do funcionalismo e da neces-

sidade de cada vez mais combinar as reivindicações gerais com as específicas de cada setor", afirmou.

A plenária final também aprovou moções de apoio à greve dos servidores do FNDE (leia mais na página 3), pela revogação do Decreto 7.056/09, que deu início ao processo de des-

monte da Funai, e de repúdio à reestruturação da Funasa (Decreto 4.727/07) e à tentativa do presidente Lula desqualificar a greve dos servidores do Inca, entre outras resoluções que serão divulgadas em publicação específica.

Campanhas de solidariedade

O 14º Congresso do Sindsep-DF também discutiu temas de interesse nacional e internacional e aprovou as seguintes campanhas de solidariedade:

- Defesa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) 100% estatal e de qualidade, contra todo projeto que tente transformar os Correios em sociedade anônima, dando início a um processo de privatização da estatal.
- Apoio à greve dos trabalhadores da fábrica da Honda, na China, com a exigência da readmissão dos representantes eleitos pelos trabalhadores.
- Apoio à Conferência Mundial Aberta Contra a Guerra e a Exploração (Argélia – novembro de 2010)
- Repúdio ao ataque do governo de Israel ao comboio que levava ajuda aos palestinos na Faixa de Gaza. No texto, o 14º Congresso se dirige a todas as entidades sindicais, partidos e governos para que denunciem e exijam o fim do bloqueio à Faixa de Gaza.

MTE

77 dias de greve

Nesta segunda-feira, dia 21.06, os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) completam 77 dias de greve. No dia 17.06, o setor realizou um ato para cobrar do governo a implantação da carreira específica. Uma Plenária Nacional, dia

16.06, com a presença de representantes de 20 estados e do DF, decidiu manter a greve até que o governo apresente uma proposta. Em Brasília, o Comando de Greve informou que a adesão à paralisação aumentou na última semana. Os

trabalhos de convencimento no edifício sede continuaram. Na quarta-feira, dia 23.06, haverá uma audiência no Superior Tribunal de Justiça (STJ), às 13h, para julgar a legalidade da greve e o corte de ponto dos servidores.



17.06: ato dos servidores do MTE do DF e estados em frente à sede do órgão

AGU

Servidores aceitam proposta do governo com ressalvas

Em reunião no dia 16.06, com os servidores da Advocacia-Geral da União (AGU), o governo manteve sem alterações a proposta de Plano Especial de Cargos apresentada anteriormente ao setor. Em assembleia, os servidores de Brasília avaliaram a proposta e decidiram aceitá-la, reafirmando que ela ainda é insuficiente e que vão se organizar para dar continuidade à luta por uma carreira mais digna.



16.06: Reunião dos servidores da AGU com a SRH/MPlanejamento

SPU

Governo impõe proposta ao setor

Em reunião no dia 16.06, os servidores da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) apresentaram uma segunda contraproposta ao Ministério do Planejamento. Porém, o governo não aceitou discutir nenhum dos pontos levantados pelo

setor e afirmou que incluirá no projeto de lei que enviará ao Congresso a proposta apresentada anteriormente a categoria, a qual já havia sido rejeitada pelos servidores. A Condsef encaminhará à SRH, a direção da SPU e à Casa Civil um

memorial das negociações esclarecendo que os servidores não concordam com esta medida. Sobre a negociação dos dias parados, o governo informou que fará a discussão conjunta com as 13 categorias que estiveram em greve.

VALEC

Servidores discutem a retomada da luta

Em assembleia no dia 16.06, os servidores da Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (VALEC), oriundos do ex-GEIPOT, realizaram uma rica discussão sobre a retomada das bandeiras de luta e elegeram os delegados para o 14º Congresso do Sindsep-DF.



16.06: assembleia dos servidores da VALEC

Incra

Governo encaminhará proposta à revelia dos servidores

Em reunião no dia 16.06, o Ministério do Planejamento formalizou a proposta apresentada anteriormente aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que amplia ainda mais as distorções entre as carreiras e já foi rejeitada pelo setor. A proposta apresenta uma tabela para o nível superior com teto de R\$ 7,5 mil e uma GQ no valor de R\$ 250,00 para todos os servidores do nível intermediário. O governo manteve de fora o nível auxiliar.

Na reunião, a SRH informou que não aceitará uma contraproposta e deu um prazo até o dia 18.06 para os servidores responderem. O Planejamento também informou a Condsef que, independente da resposta do setor, encaminhará sua proposta ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei. A posição do governo foi encaminhada para avaliação nos estados. Até o fechamento desta edição, a maioria das regionais rejeitou a proposta, inclusive Brasília.

MMA/Ibama/Instituto Chico Mendes/SFB

Plenária nacional preparará continuidade da luta

Nesta quinta e sexta-feira, dias 23 e 24.06, os servidores do meio ambiente federal realizam uma Plenária/ Encontro Nacional do setor em Brasília, organizada pela Condsef e Asibama Nacional, para fazer um

balanço da greve, definir ações para cobrar o abono e devolução dos dias cortados em função da greve, discutir e deliberar sobre as negociações, avaliação da conjuntura, encaminhamentos e informes.

Congresso do Sindsep-DF reafirma apoio integral à greve

A plenária do 14º Congresso do Sindsep-DF aprovou uma resolução em defesa do direito de greve e de organização dos servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo atendimento das reivindicações do setor. Na resolução, os congressistas também se solidarizam com os companheiros Manoel e Iriovaldo que, em função da greve, respondem a processo na Polícia Federal; defendem o direito à livre associação, com restabelecimento imediato do acesso à sede da associação dos servidores; e do direito de greve, pela retirada do PAD

aberto pela direção do FNDE contra os membros do Comando de Greve. Foi aprovada ainda uma Nota de Repúdio à invasão da sede da ASFNDE por servidores da diretoria de Administração da autarquia, dia 11.06.

Greve continua - reunidos em assembleia dia 18.06, os servidores do FNDE decidiram continuar por prazo indeterminado a greve, iniciada em 26 de abril. A assembleia também deliberou por continuar com as atividades de pressão no Congresso Nacional e na Presidência da República para que o governo retome as negociações.



18.06: servidores do FNDE aprovam em assembleia a continuidade da greve

Categoria aceita proposta do governo e suspende a greve

Após 50 dias de greve, os servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) decidiram, em assembleia realizada dia 14.06, aceitar com ressalvas a proposta de reestruturação da carreira, apresentada dia 9 de junho de 2010. Porém, a categoria aguarda o texto final do Termo de Acordo para analisar o conteúdo e deliberar sobre a sua assinatura.



14.06: servidores do INEP decidem suspender a greve

A categoria lutou, mas o PECFAZ acabou morrendo por falta de apoio político dos gestores da Fazenda

Mal foi anunciado o GT da Fazenda e a sua primeira reunião que aconteceria no dia 21.06 já foi adiada. A portaria que instituirá o Grupo de Trabalho com os nomes dos membros e com seus objetivos também não saiu. Aliado ao fato do rompimento das negociações de forma unilateral por parte do governo. Tudo indica que os sinais aparentes são de descaso com o PECFAZ e, sobretudo, que esse ano se encerrou administrativamente e o que resta agora é aguardar a publicação de mais um projeto do governo.

Infelizmente, o direcionamento político que vem sendo dado às carreiras do serviço público acabou esbarrando no projeto feito para o PECFAZ. O plano de transversalizar carreiras, valorizar o nível superior em detrimento dos demais níveis intermediário e auxiliar, nivelar por baixo a remuneração dos servidores do Poder Executivo no que se refere aos seus planos de cargos (PGPE, CPST e PECFAZ, dentre outros), deixa o governo sem mar-

gem alguma para cumprir o acordo que firmou com a categoria. Portanto, a avaliação política sobre o PECFAZ é de estagnação completa para os pontos de interesse da categoria (equalização salarial e aglutinação de cargos), mas, com certeza, representam pontos de avanço para o governo que conseguirá instituir uma avaliação de desempenho com metas de produtividade a serem atingidas apenas pelos servidores do PECFAZ e, ainda, deixará de pagar aos valores atrasados da incorporação da GAE no VB dos servidores de nível auxiliar.

A única saída para exigir o cumprimento legal dos termos do acordo será a via judicial no que se refere à equalização salarial com os previdenciários. O Sindsep-DF realizará reunião nesta semana entre os seus diretores e a assessoria jurídica para definir a melhor forma de ingresso para os servidores do PECFAZ e, logo após, marcará uma assembleia com todos os servidores para prestar esclarecimentos acerca do assunto.



INFORME JURÍDICO

Servidores convocados para resolver pendências

O Sindsep-DF convoca todos os servidores abaixo relacionados para comparecer à Secretaria de Assuntos Jurídicos e resolver pendências referentes às ações listadas abaixo.

AÇÃO DE 3,17% - PROCESSO Nº 1999.34.00.035926-6 / 2002.34.00.020197-5 (MEX)
Octávio Barbosa de Oliveira Neto

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 1997.34.00.029550-5 / 2002.34.00.020036-3 (MAER)
Juscelino Lourenço de Andrade
Maria Lucia Teixeira de Carvalho

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 1999.34.00.039443-7 / 2009.34.00.003102-2 (MEC)
Carlos Henrique de Faria
Cícero Alves de Oliveira
Clay Emanuel Lucindo Lima
Rejane Martins Marques
Sandra Maria Pereira dos Santos
Sonia Marques de Sousa
Washington Charles Izidoro Neiva
Zilda Vieira Mouhamad Abou

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 1999.34.00.039443-7 / 2009.34.00.003095-6 (MEC)
Gilvan Lucena dos Santos

Iris Antunes de Oliveira
Joaquim Sousa Neto
Joel Leal Bomfim
Katia Felipe de Sales Leodido
Lecio Caldeira Reis
Luiz Antonio de Sousa
Ranes Sousa Oliveira

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 960001447-7 / 2000.34.00.030251-9 (MEC)
Domicio de Almeida
Maria Lucia Ferreira Damasceno

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 1997.34.00.011270-7 / 2002.34.0.040986-1 (ANVISA)
Aroudian Martins
Claudia Marcia Ribeiro

AÇÃO DE 28,86% - PROCESSO Nº 950015511-7 / 2000.34.00.014865-9 (MEC)
Maria Bernadete Porto de Farias Franca
Maria Victoria Leal Ribeiro

MSaúde

Sindsep e Sindprev participam da Mesa de Negociação Permanente

No dia 16.06, foi realizada a 6ª Reunião Ordinária da Mesa Local de Negociação Permanente do Ministério da Saúde no DF, com o objetivo de resolver problemas locais do órgão. A reunião contou com a presença de representantes do Sindsep-DF e do Sindprev-DF. Foram discutidos os seguintes itens: lotação dos novos servidores concursados, acessibilidade, assédio moral, perícia médica,

creche, exames periódicos, pedido de mais vagas para o concurso de agente administrativo e nível superior, explicações sobre a GQ, lotação dos servidores da Funasa, avaliação de desempenho, carga horária dos jornalistas e questões relacionadas aos servidores do Hospital Universitário de Brasília e aos cedidos sem permuta. A direção do Ministério da Saúde ficou de viabilizar uma solução para cada uma das questões.

Internacional

CUT aprova moção em solidariedade aos trabalhadores da Grécia

A direção nacional da CUT, reunida em Brasília nos dias 12 e 13.05, aprovou uma moção em solidariedade à luta dos trabalhadores gregos e às suas organizações sindicais (GSEE e a ADEDY) e contra a aplicação dos planos de "austeridade" da União Europeia e do FMI. No documento, a Central afirma que o "que o FMI continua a exigir medidas de arrocho salarial, corte de aposentadorias e destruição dos serviços públicos como "condicionantes" para a liberação de empréstimos". Ou seja, segue mantendo a mesma política que originou a crise financeira iniciada nos EUA em 2008 e que hoje atinge em cheio os países da União Europeia, pois além da Grécia, também na Espanha, Portugal, Itália, França e Reino Unido, os governos adotam ou preparam medidas de ataques aos salários, direitos sociais e serviços públicos em nome de combater os enormes déficits públicos, devidos fundamentalmente às operações de salvamento dos bancos privados com recursos públicos. Leia a íntegra no www.sindsep-df.com.br.

Anistiados

Vitória: Comissão aprova reabertura de prazo para anistia

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, em 16.06, o Projeto de Lei 5.030/09 que reabre o prazo para que os servidores demitidos no governo Collor (1990-1992) entrem com requerimento para retorno ao serviço público (Lei 8.878/94). O texto aprovado recebeu emendas do relator do PL, deputado Vignatti (PT-SC), que reduziu de um ano para seis meses o prazo para solicitar a reintegração e estendeu a anistia para os

servidores que participaram da liquidação das estatais onde trabalhavam e que, por isso, foram demitidos depois do prazo previsto pela regulamentação da lei (setembro de 1992).

Aprovado também na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), o PL segue para análise conclusiva na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. A proposição é fruto da luta do Sindsep-DF para a reintegração de todos

os demitidos. A proposta de criação do PL surgiu em uma das reuniões de anistiados na sede do sin-

dicato. A ideia foi levada ao senador Lobão Filho pela direção do Sindsep-DF e o advogado do sindicato,

Ulisses Borges, que levaram subsídios para a assessoria parlamentar elaborar o projeto.

